



A Invisibilidade Social da População em Situação de Rua: Um Relato de Experiência de Estágio

Sabrina Madeira Ponte¹; Bruna Clézia Madeira Neri²; Socorro Taynara Araújo Carvalho³; Isabela Cedro Farias⁴; Samara Vasconcelos Alves⁵

Resumo: O artigo apresenta um relato de experiência de Estágio Básico, realizado no Centro Pop, que é uma política de assistência social especializada para a População em Situação de Rua. A pesquisa visa investigar os processos de subjetivação das pessoas em situação de rua e o espaço público, com base nas atividades desenvolvidas no estágio e compreender o que representa para esses sujeitos usufruir da rua como moradia. Foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, usando como ferramenta o diário de campo. É notório que o preconceito é um fator recorrente no cotidiano de uma pessoa em situação de rua, pois, a sociedade reproduz a ideia de que estes são culpados pela própria condição e não há possibilidade de mudança de vida. Logo, é fundamental proporcionar visibilidade aos direitos, necessidades e os fatores que levaram esses sujeitos a ter a rua como moradia.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Visibilidade. Vínculos. Psicologia.

¹ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Inta – UNINTA – Pós-graduanda em Psicologia Organizacional e do Trabalho – FAVENI. sabrina.madeira@hotmail.com. Sobral, Ceará, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0413-1019>;

² Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará –UFC. Mestra em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. brunaclezia@gmail.com Sobral, Ceará, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3768-5843>;

³ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Inta – UNINTA. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. carvalhotaynara44@gmail.com. Fortaleza, Ceará, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4886-6706>;

⁴ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará –UFC Mestra em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará – UFC. behlafarias@hotmail.com Sobral, Ceará, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5258-0946>;

⁵ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Mestra em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará – UFC. alves.sv@gmail.com Sobral, Ceará, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5452-2336>.

The Social Invisibility of Population in street Situation: An Stage Experience Report

Abstract: The article presents an experience report of Basic Internship, carried out at Centro Pop, which is a specialized social assistance policy for the Homeless Population. It aims to investigate the processes of subjectivation of homeless people and the public space, based on the activities developed in the internship and to understand what it means for these subjects to enjoy the street as housing. A qualitative approach research was carried out, of the experience report type, using the field diary as a tool. It is clear that prejudice is a recurring factor in the daily life of a person on the street, because society reproduces the idea that they are to blame for their own condition and there is no possibility of changing their lives. Therefore, it is essential to provide visibility to the rights, needs and factors that led these subjects to have the street as a home.

Keywords: Homeless Population. Visibility. bonds. Psychology.

Introdução

O crescimento da pobreza no Brasil vem, desde o período colonial, sendo apresentado a partir de um regime de exploração nas relações entre senhores e escravos. Essa supremacia colonizadora persiste até os dias atuais em cenários de desigualdade e violência. Com o fim da escravidão, acentua-se a falta de oportunidades de emprego e moradia para essas populações e, como uma das consequências diretas desse processo, percebe-se o crescimento do número de habitações construídas em volta dos centros urbanos, denominadas “periferias” (TIENGO, 2018).

A ampliação de áreas marginalizadas tem se intensificado nas últimas décadas em consequência de um desenvolvimento econômico tardio e a concentração de riquezas nas mãos de pequenos grupos, fato que potencializa a desigualdade social. Cerca de 13,5 milhões de brasileiros vivem em situação de extrema pobreza, com renda mensal de 145 reais de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2018. A falta de renda desses cidadãos desencadeia precariedade absoluta em condições mínimas de saúde e de sobrevivência, além da falta de empregos e renda suficiente para conseguir suprir suas necessidades básicas, numa busca diária pela sobrevivência e superação dessa condição aviltante (RODRIGUES, 2018). Um dos reflexos da pobreza é a exclusão social da população mais pobre que, por lidar com a ausência de melhores condições de vida, pode vivenciar uma situação de rua.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua, por meio do decreto Nº 7.053, de 23 dezembro de 2009, define essa população como um grupo heterôgeneo que tem como marca a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia regular, utilizando logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como instituições públicas de suporte e proteção social.

Pesquisa realizada em 2020 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estima que no Brasil cerca de 221.869 mil pessoas vivem em situação de rua, considerando a subnotificação dessa população. Estudo realizado pelo IPEA em 2016 a partir de dados disponibilizados por 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas), aponta a ausência no Brasil de dados oficiais, acarretando ausência de precisão nos dados e exposição da questão social na qual vivem as pessoas em situação de rua, uma vez que essa são nômades dentro da cidade e se encontram às margens das prioridades dos poderes públicos e, a partir daí, tem-se uma exclusão em massa dessa população e reprodução da invisibilidade social.

Essa parcela da população, nomeadas por Souza (2009) de “ralé brasileira”, convive diariamente com os olhares de uma sociedade que incrimina aquele que é tido como o indesejado e que torna o espaço público “feio”. Este sujeito ocupa um lugar que, a partir do olhar da sociedade, deveria ser considerado “bonito” mas, com a presença indesejada dessa “ralé”, torna-se desprezível, marginalizado e, por vezes, perigoso quando é habitado permanentemente por esses que subvertem o “sagrado” espaço público (SERAFINO; LUZ, 2021).

A discussão dessa temática torna-se relevante ao trazer à tona as questões relativas aos processos de manutenção de desigualdades que as pessoas em situação de rua enfrentam e como se percebem em relação aos modos de viver perante uma sociedade preconceituosa e excludente. Apesar de o final da década de 90 a população de rua ter emergido como questão pública, para ser pensada além da “preguiça” ou “vagabundagem”, a concepção de “piedade” e “medo” é integrada à compreensão social. Atualmente, por meio das políticas de assistência prestadas a essa “classe”, já é possível identificar estratégias de fortalecimento dos vínculos que foram rompidos e potencialidades para o enfrentamento dos problemas cotidianos (SOUZA, 2009).

A investigação de Martins (2019) indentificou que essas pessoas ainda são submetidas a ações caritativas isoladas realizadas por grupos independentes que não abarcam a demanda desse grande contingente e ainda não transforma a realidade social.

Apesar do avanço nessa política pública, ao conceder abrigos temporários e assistidos pelas prefeituras ou espaços como Centro Pop, há limitações ocasionadas pela ausência de investimentos, número reduzidos de vagas em abrigos temporários, limitação de espaço físico para atividades pedagógicas, culturais e/ou esportivas com os usuários e número reduzido de profissionais (MACHADO, 2020).

Ademais, vemos na literatura ausência de pesquisas em periódicos que apresentem dados fidedignos e atualizados sobre as condições em que sobrevivem pessoas que “habitam” a rua. No que tange a essa realidade nos interiores do Ceará, a quantidade de pesquisas é ainda mais reduzida. Arelado à omissão de informações oficiais, percebemos entraves complexos na tentativa de concretizar os direitos que deveriam ser amplamente garantidos a esses sujeitos.

A partir desse cenário conflituoso, pretendemos neste artigo discutir as representações de experienciar a rua como moradia e apresentar os fatores socioafetivos relacionados com a situação de rua.

Para tanto, apresentaremos as vivências com os usuários do serviço, as percepções acerca do viver na rua e como se percebem esses sujeitos diante de situações de vulnerabilidade social e exclusão, analisando a partir de referenciais teóricos que consideram os aspectos sociais evidentes nessas situações, incluindo aí a discriminação sofrida, os vínculos familiares, o desemprego permanente e a violência.

A Rua é nós

O título faz referência a uma música do Emicida em que se pode associar trechos da letra a pessoas que se encontram na vivência da rua onde destacou-se o seguinte trecho “A noite num busco brilho, deixo a lua brilhar. Sigo sem rumo, sem nota, deixo o momento levar. Entre urbanóides insanos, eu elevo meu ser. A rua é nois e nunca vai deixar de ser.” Marcada pela experiência de não ter um rumo ao certo a seguir ou mesmo marcado pelo esquecimento dos que passam e fingem não vê-los.

A vida da população em situação de rua é atravessada por diversas questões que levam a ida desses sujeitos para as ruas, e permanência destes nos logradouros públicos, em razão dos fatores estruturais econômicos e fenômenos multifacetados, levando em consideração a

ausência de moradia, alcoolismo e vínculos rompidos. Na qual a referência que essas pessoas são associadas são carregadas de preconceitos, exclusão e negligências em qualquer âmbito (LUZ; SERAFINO, 2015). Dentre as questões que fazem parte desse fenômeno o estado de pobreza que essas pessoas se encontram as tornam favoráveis a irem morar nas ruas, sendo os fatores que fortalecem essa lógica como não ter acesso a emprego digno, à moradia, violência, o uso de álcool e outras drogas e favorecer que eles sejam percebidos como sujeitos que vivem às margens da sociedade (TIENGO, 2018).

Caracterizada como uma população heterogênea que traz em sua história diferentes realidades, mas há algo em comum entre as pessoas que vivem nas ruas como: vínculos fragilizados, histórias interrompidas pelo crime, perda de autoestima e desse modo passa a ter a rua como um lar. Rotula-se que a motivação dessas pessoas estarem na rua se deve ao fato de uma escolha individual dela, sendo passada a ideia de ser algo natural da condição que o sujeito se encontra e por essa razão contribui para ações assistencialistas e “higienização social” (LUZ; SERAFINO, 2015).

Nessa perspectiva focar em uma questão culpabilizando esse sujeito de permanecer na rua, acaba deixando de dar atenção para as questões políticas e sociais que esse grupo enfrenta. Quando determinamos que é uma escolha individual destes utilizar as ruas como moradia, enfatizamos a lógica de manter as políticas de assistência como um assistencialismo para esses sujeitos, sendo propício a permanecer naquela condição, visto que terá a política para auxiliá-lo. Como também, reafirma o propósito de higienização e segregação social destes, como uma ação de afastar essas pessoas de centros urbanos, eliminando o indesejável daquele espaço. Porém, essas ações não solucionam a situação dessas pessoas, e como consequências enaltecem a exclusão social que enfrentam (TIENGO, 2018).

Segundo Costa (2020) a exclusão social, que passamos a conhecer, tem origens econômicas, já referidas, mas caracteriza-se, também, pela falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso à informação e perda de autoestima. Essa lógica impõe a esses sujeitos viverem no esquecimento da sociedade e do poder público isentando esses da responsabilidade da resignificação da situação que essa parcela da população se encontra. A exclusão social está intrínseca a lógica capitalista, quando o indivíduo já não é mais produtor de renda para o Estado, e não tem outra forma de se inserirem no mercado de trabalho e não por falta de esforço daquele que se encontra em uma situação paupéris, mas sim porque é a ordem básica do capitalismo, a acumulação da miséria enquanto alguns

acumulam riqueza (MARX, 2013).

Assim, sem alternativas, o sujeito ocupa a rua como moradia. Paralelo a isso, há uma questão social que é relevante para esse fenômeno. Há nesse aspecto uma expressão da desigualdade social que serve para reproduzir essa condição ao invés de dar oportunidades de reinserção a essas pessoas, revelando um acúmulo das riquezas e miséria desproporcionais. Apesar de a exclusão social designar uma problemática dessa população há a necessidade de olhar para essa categoria diante também de outros fatores da condição social de carência que elas sobrevivem (LUZ; SERAFINO, 2015).

Panorama das Políticas Públicas para a População em Situação de Rua

Dados do IPEA afirmam que a população em situação de rua cresceu 140% desde 2012 até o ano de 2020 totalizando quase 222 mil brasileiros que se encontram sem moradia, dentre essas pessoas, estão os desempregados e trabalhadores informais. No entanto, esse número tem sido crescente desde 1990 no qual as pessoas passaram a utilizar as moradias irregulares em decorrência desse cenário, percebe-se o crescimento do número de habitações construídas em volta dos centros urbanos, denominadas “periferias”. Logo, a existência elevada de pessoas em situação de rua torna necessárias ações e programas do governo que promovam o bem-estar, garantam e coloquem em prática os direitos e as ações preventivas de situações de risco que esses sujeitos se encontram.

Somente a partir de 2005 com a Lei 11.258 que prevê a organização da Assistência Social, esse grupo passou a contar com leis que implantassem políticas públicas específicas. Por conseguinte, em 2009, com a assinatura do Decreto 7.053 foi instituída a Política Nacional para População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (CIAMP-Rua). Tais marcos legais exprimem uma conquista para essa parcela da população ao tratar de questões essenciais que dizem respeito à parcela da população que faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades (BRASIL, 2008), para assim tentar reverter o panorama de inúmeras vulnerabilidades.

A efetivação das políticas públicas à pessoa em situação de rua se torna desafiante, pois a situação de vulnerabilidade e exclusão que esses sujeitos vivenciam torna a ação do estado complexa para garantia de seus direitos. Além disso, há imposições sociais sobre o comportamento padrão e acabam não aceitando e discriminando o uso dos espaços públicos

pela população de rua e como consequência reproduzindo uma tensão entre a igualdade e o reconhecimento da diferença (RODRIGUES, 2018). A propagação dos estigmas acabam por dificultar a efetivação dos seus direitos.

Faz-se importante destacar que as ações voltadas para a população em situação de rua devem superar as extremas dificuldades que atravessam e apostar na interlocução entre ações de educação, saúde, trabalho, renda para reduzir os obstáculos nas políticas públicas (LUZ; SERAFINO, 2015).

Para atender a população e promover o bem-estar da sociedade a todos independente de sexo, religião ou raça, as políticas públicas são definidas segundo Peters (1986) como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

A partir de uma definição histórica e apresentando o que atualmente entendemos como Política Pública, trazemos a Política Nacional de Assistência Social:

[...] a Assistência Social, enquanto política pública que compõe o tripé da Seguridade Social, e considerando as características da população atendida por ela, deve fundamentalmente inserir-se na articulação intersetorial com outras políticas sociais, particularmente, as públicas de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Emprego, Habitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos. (2005).

No entanto, há nas políticas públicas voltadas para o cidadão em situação de rua um hiato entre as o que é posto como diretriz de trabalho e os desafios encontrados na implementação da política

Metodologia

A despeito da relevância das considerações apresentadas e da experiência de estágio em 2019 em psicologia no Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) de uma cidade de médio porte no interior do Ceará, o presente trabalho implica em colocarmos em análise o vivido e observado nesse espaço relacional, por meio de abordagem qualitativa (MINAYO, 2002), do tipo exploratória.

Os dados que subsidiam a produção deste relato foram produzidos a partir de registros realizados em diário de campo (MICHEL; LENARDT, 2013) e discutidos em supervisão semanal partir da relevância teórico-prática. As atividades desenvolvidas no estágio foram desde atividades internas, como processos de acolhimento de pessoas em situação de rua

junto ao psicólogo do Centro Pop, acompanhamento de processos grupais, preenchimento de cadastro de novos usuários que ingressavam no serviço, até atividades externas de busca ativa de pessoas em situação de rua, visitas domiciliares junto aos familiares dos usuários.

Cerca de 30 pessoas frequentavam o espaço no café da manhã, média de pessoas diariamente na instituição para ter acesso à alimentação, à realização de higiene pessoal e até mesmo atendimento com o psicólogo, assessor jurídico ou assistente social. As atividades desenvolvidas no serviço tinha o propósito de compreender a realidade que a pessoa em situação de rua vivia, além desse contato que tive com os usuários do serviço trouxeram um pouco da sua história de vida nos encontros dos grupos ou mesmo nas observações que fiz quando eles estavam junto dos seus amigos no serviço, partilhavam sobre suas questões com a rua.

O referencial teórico utilizado para análise crítica dos dados parte da consideração dos cenários de invisibilização que a pessoa em situação de rua vivencia no seu cotidiano e da compreensão das dificuldades de acesso à garantia de direitos e inúmeras situações de violação que experienciam. Discutiremos também questões relativas aos processos que sustentam a desigualdade social que as pessoas em situação de rua enfrentam e como lidam com essa vivência.

Elencaremos a seguir algumas categorias de análise que, a partir da observação e reflexão produzidas, consideramos abarcar de forma fidedigna um pequeno recorte temporário de como essa população encontra-se atualmente.

Resultados e Discussão

As pessoas acolhidas pelo Centro Pop fazem parte de uma população heterogênea e de difícil mapeamento. A demanda chega de maneira espontânea e também via encaminhamento intersectorial da rede de Políticas Públicas de assistência social e saúde. Há uma diversidade na constituição desse público atendido, mas são prioritariamente homens, jovens e adultos que vivem em situação de vulnerabilidade extrema. Muitos levam uma vida nômade por escolha própria, mas boa parte permanece na rua por uma série de desdobramentos de vida que os colocaram nessa condição. O Centro Pop não acolhe pessoas menores de 18 anos, a não ser que estejam acompanhadas de algum responsável familiar que também esteja em situação de rua. Sobre os idosos, alguns são acolhidos no abrigo, mas para conseguir a vaga há alguns critérios a serem seguidos (nesse período havia dois casos de idosos no acolhimento

institucional que estavam aguardando o benefício da aposentadoria para serem encaminhados para o abrigo, pois, só podem passar no local seis meses no máximo, mas nesses casos ultrapassa o período por questões de idade, necessidade e saúde do idoso).

Esses sujeitos são a parcela da população que vive às margens da sociedade pela falta de oportunidade e que convivem diariamente com a invisibilidade, que exige dessas pessoas destreza ao encarar as contrariedades da vida nas ruas. Alguns se encontram em situação de rua preferem e viver sozinhos por parecer mais seguro. Acabam por viver uma solidão na situação em que se encontram e das rupturas do seu passado que o levaram a essa realidade.

Nesse sentido, há também aqueles que preferem viver compartilhando a vida com outros que se deparam na mesma condição, pois é nesses vínculos que vão construindo e partilhando experiências e a partir desse espaço afetivo que vai transformando e reconstruindo suas narrativas, desse modo as suas histórias se encontram em algum ponto, visto que as situações de violação de direito, negligências, alcoolismo, desemprego, problemas pessoais e psicológicos que se apresentam em algum momento da história de vida dessas pessoas são semelhantes, e é no convívio com a rua e as pessoas que partilham da mesma situação que dão um novo significado para aquela realidade que torna possível a construção de uma nova trajetória de vida e assim os novos vínculos ajudam suportar as limitações.

Significado de morar na rua

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2008) traz uma reflexão detalhada sobre a constituição da identidade dessa população, afirmando que “a rua é lugar de convivência, de encontros e de construção de coletivo. É também lugar de formação do público”. Assim, é nesse lugar em que esses sujeitos desenvolvem sua identidade com a rua, criando espaço para a de suas demandas, trazendo consigo suas trajetórias. Logo, a partir do momento em que lhe dada a oportunidade de expressar com dignidade suas vivências, buscamos entender a sua relação com o meio.

Habitualmente, é possível encontrar várias pessoas em situação de rua em alguns pontos fixos da cidade. Segundo o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, há um quantitativo de 78 pessoas em situação de rua no município, no ano de 2015, e de acordo com dados do Censo e Mapa de Riscos Pessoal e Social do Ceará – CEMARIS de 2017, a Sede apresenta 278 notificações de pessoas em situação de rua, um

percentual de 10,97% do total de ocorrências de situação de rua, segundo o Índice de Riscos Pessoal e Social - IRIS. Logo, é perceptível que com o agravamento das questões sociais e o desemprego, tem-se ampliado o número de pessoas que usufruem das ruas como espaço de moradia em consequência do modelo econômico que vivemos. Esse modelo econômico é extremamente excludente e inviabiliza a possibilidade de todos os cidadãos alcançarem uma moradia digna.

Paralelo a isso, enquanto a população que possui uma habitação se prepara para dormir e iniciar um novo dia, nas ruas há outras preocupações, como a busca por logradouros seguros, a vigília constante para não ter seus pertences roubados e o uso de substâncias psicoativas que, dentre outros efeitos, os mantém acordados durante a noite, momento mais arriscado do dia, pois traz à tona a sensação permanente de insegurança e solidão. Logo, a casa e a rua trazem consigo conceitos diferenciados sendo não apenas a concepção de espaço geográfico, como afirma Damatta (1997):

Sabemos que em casa podemos fazer coisas que são condenadas na rua, como exigir atenção para a nossa presença e opinião, querer um lugar determinado e permanente na hierarquia da família e requerer um espaço a que temos direito inalienável e perpétuo. Em casa somos todos, conforme tenho dito, "supercidadãos". Mas e na rua? Bem, aqui passamos sempre por indivíduos anônimos e desgarrados, somos quase sempre maltratados pelas chamadas "autoridades" e não temos nem paz, nem voz. (p.12).

Assim, buscando manter a garantia de direitos desses excluídos, há um marco que simboliza a luta da população em situação de rua, chamado de “Grito dos Excluídos”, um movimento social cujo objetivo é dar visibilidade aos direitos e necessidades das pessoas que têm a rua como espaço de moradia. Além dos artigos 1º, 3º e 5º da Constituição Federal de 1988 trazerem como fundamento a dignidade da pessoa humana nos exercícios dos seus direitos sociais e individuais, há a existência do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, garantida no art. 7º do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.

É notório que o preconceito e a discriminação são fatores recorrentes no dia a dia de uma pessoa em situação de rua, uma vez que a sociedade reproduz a ideia de que estes sujeitos são culpados pela condição em que se encontram e não há possibilidade de mudança de vida. De acordo com Souza (2009) essa condição de culpa está atrelada a legitimação da negação da desigualdade social, que existe para justificar a opressão da “ralé”. Desse modo, ela assume uma posição individual efetiva e assim, negar a real produção de desigualdade, assume a culpabilização do pobre pelo próprio fracasso, sendo esta, a ideologia da

meritocracia. Uma vez que o discurso da sociedade brasileira é dizer ser possível que indivíduos possuindo realidades sociais e oportunidades diferentes ter mesma possibilidade de sucesso individual. No entanto, o Estado não deixa claro os fatores que facilitam ao sujeito se encontrar em uma classe de privilégio e estimula a reprodução desses méritos passados de pais para filhos e o pobre é atribuído a culpa de não ter escolhido outro caminho, sendo este fadado ao fracasso.

Durante o processo de estágio nos encontros do grupo de redução de danos, tratavam assuntos que era atravessados pela temática das drogas, que ocorria em uma sala onde os residentes de saúde mental do Centro de Atenção Psicossocial- Álcool e Droga - CAPS AD vinham para ministrar falas voltadas a este assunto. No entanto, nos dias que não haveria grupo e o espaço ofertava teste rápido e enquanto isso, ele ficavam assistindo filme e dentre os filmes que passaram estava o “O Homem Aranha”, percebo por meio da minha presença sentada junto deles que eles falavam muito sobre filmes que remetiam aos super-heróis, filmes que tratassem de violência entre outros debates, mas não era feito junto a eles nenhuma reflexão ou discussão sobre o filme.

Vínculos socioafetivos constituídos x interrompidos

As relações interpessoais que são estabelecidas na rua são atravessadas por contextos que se encontram em situações de violação de direitos nas suas trajetórias de vida. As pessoas que se encontram em situação de rua que estão naquela condição podem estar relacionadas a diversos fenômenos como afirma a autora que:

Os fatores mais enfatizados pela literatura contemporânea são as rupturas dos vínculos familiares e comunitários, a inexistência de trabalho regular e a ausência ou insuficiência de renda, além do uso frequente de álcool e outras drogas e problemas atinentes às situações de desabrigo (SILVA, 2006, p.82).

Os vínculos afetivos construídos com suas famílias são por vezes rompidos ou leva-se à sucessão de negligências familiares que desencadeiam a interrupção da convivência com seus entes queridos. No entanto, não é estabelecido o fim dessa relação e muitos ainda mantêm contato com suas famílias, mesmo que as interações já não sejam as mesmas de antes e, ainda assim, essas pessoas preferiram permanecer na rua. Em um acompanhamento do estágio feito junto do Psicólogo do Centro Pop, a Jovem Várzea usuária do serviço pedia auxílio ao profissional para que ela conseguisse fazer uma visita aos seus filhos, logo, ele ligava para seus familiares e ela falava com seus filhos e marcava um dia para visitá- los. No

serviço, havia também um senhor que irei chamar de João Pessoa que já tinha restabelecido os vínculos com seus familiares e voltou a ter moradia, mas não deixava de ir ao Centro Pop fazer refeição e ter contatos com os laços que foram criados na rua. É importante ressaltar que:

Cerca da metade da população em situação de rua possuía algum parente residindo na mesma cidade em que se encontrava (51,9%). Porém, quase 40% não mantinham qualquer contato com a família. Cerca de um terço dos entrevistados (34,3%) mantinha contatos mais frequentes (diários, semanais ou mensais) com familiares. Os dados indicaram, ainda, que apenas 10% das pessoas em situação de rua estavam acompanhadas de algum familiar. É importante ressaltar que, em geral, quanto maior o tempo de permanência nas ruas, maior poderá ser o distanciamento dos vínculos familiares e a dificuldade de se resgatá-los. (CENTRO POP, 2011, p.28).

Logo, uma das principais funções do Centro Pop é incentivar, por meio de visitas, planejamento e discussões o fortalecimento desses vínculos que foram rompidos e que busquem o retorno as suas famílias e um resgate de novos projetos de vida. Porém, vale ressaltar que na política é ofertado o restabelecimento dos laços, mas há um abismo entre eles por vezes marcado por várias rupturas que podem advir do sujeito que foi parar na situação de rua ou dos seus próprios familiares. Será mesmo que um espaço domiciliar adoeceador, capaz de levar um sujeito a buscar a rua como moradia, vai representar um lugar seguro caso a pessoa queira voltar? Isso, quando é marcado por questões que o ambiente familiar não é propício para restabelecer um convívio como estrutura familiar frágil que podem ser marcadas por violência e abusos domésticos.

Paralelo a isso há famílias que sofrem pela ausência dos seus parentes e das condições que se encontram por estar nas ruas e estão abertos para o retorno destes ao seu lar e buscar de forma efetiva a construção de um novo caminho. Nos relatórios preenchidos, quando é feito o acolhimento de um usuário, que é uma ficha em que tem a descrição do histórico de vida do sujeito ao chegar ao Centro Pop, a descrição mais comum sobre as causas de estarem nas ruas são conflitos familiares, vergonha do uso de álcool e outras drogas, desemprego e conflito com cônjuge.

Conclusão

Diante do que foi exposto, a escolha por explanar acerca da população em situação de rua surgiu da admiração e proximidade que tive durante os anos de graduação com as disciplinas de políticas públicas, e afirmo que o local em que cumpri o Estágio Básico III -

Atuação Do Psicólogo, que me escolheu para realizar e conhecer a realidade desse grupo social em que proporcionou momentos ricos de aprendizados e reflexões. Para além do tornar-se profissional de psicologia, das dificuldades e limitações encontradas na assistência é importante está atento às questões que estão além dos nossos olhos, no Centro Pop as pessoas que fazem uso do serviço são atravessadas por realidades distintas das nossas, vivenciando sucessivas situações de violação de direitos, conflitos familiares, uso de álcool e outras drogas para suportar a vida amarga que levam por um longo tempo na esperança de encontrar uma saída da vida nas ruas.

Foi possível compreender o que é incompreensível, perceber o invisível e analisar os olhares, falas, gestos, sorrisos e expressões que as pessoas em situação de rua manifestam frente a sua condição do viver na rua. Seja quando os encontrava no Centro Pop ou ao analisar a situação de vida dessas pessoas nas ruas da cidade do interior do Ceará. Há um misto de sentimentos que prevalecem na vivência desses sujeitos, assim nas entrelinhas de suas falas pude perceber dor, tristeza, solidão, vergonha, exclusão, esperança de sair das ruas e construir uma vida melhor, no entanto, a ausência de reforçadores que proporcionem essas questões que transcorrem a existência dos mesmos, vão minando suas potencialidades de seguir em frente e naturalizando a condição de vulnerabilidade que se encontram, comprometendo a forma como enxergam a si próprios, dificultando que encontrem perspectivas enquanto sujeito detentor de direito de buscar sua autonomia para a construção de uma nova trajetória de vida.

Assim a situação da população de rua é marcada por estigmas que são enfatizados pela sociedade e pelos poderes públicos, na qual, muitas vezes, omite ações em prol dessa parcela da população. Diariamente nos deparamos com situações de extrema vulnerabilidade, como ter acesso a necessidades básicas de alimentação, higiene pessoal e saúde, isso demonstra como a sociedade é indiferente a mudança dessa condição, mediante a isso os olhares que, muitas vezes, incriminam acabam contribuindo para silenciar esses sujeitos.

E a partir das leituras e análises feitas, é possível apontar que a população em situação de rua encontra-se às margens das prioridades dos poderes públicos, e esse processo valida a exclusão provocada pela invisibilidade social. A presença dos seus corpos e objetos incomodam os moradores, comerciantes ou pessoas que passam por aquele espaço, logo os transeuntes que fingem não ver aquelas pessoas, enfatizam que a presença deles no espaço urbano é poluidora sendo uma das principais razões para as políticas de higienização serem efetivadas em determinados espaços, o fato de ter uma área economicamente mais valorizada

o fazem adotar medidas de higienização do ambiente, acontecimento comum em grandes centros urbanos que trás maiores benefícios financeiros.

Em todo país a população em situação de rua vem crescendo, isso põe em evidência a problemática da questão social, urbana e de direitos humanos em que a população brasileira tem vivenciado, no entanto não há dados precisos que comprovem com exatidão o número de pessoas que utilizam as ruas como moradias visto que não fazem parte do censo demográfico do IBGE. Concomitante a isso, a situação de crise econômica intensificada pela pandemia que o nosso país tem enfrentado, tem se tornado um agravo para as pessoas, que em sua maioria se encontra desempregada e como em consequência disso passa a utilizar a rua como moradia em detrimentos também de outros aspectos como vínculos familiares enfraquecidos, usa de álcool e outras drogas e violação de direitos.

Portanto, a efetivação das políticas públicas mesmo com leis que assegurem os direitos dessas pessoas ainda tem suas limitações diante de poucos recursos e ações pensadas em prol desses sujeitos. Fica evidente, que a população em situação de rua ainda é muito invisibilizada, as ações em prol dos mesmos são colocadas em segunda opção e inicialmente é colocada a facilidade que é excluir essas pessoas ao invés de integrá-las a uma sociedade em que a todos deveriam ser garantidos os direitos igualmente. Além disso, esse grupo social encontra nas políticas públicas que são efetivas e recorrerem em algumas demandas como o Centro Pop o acolhimento, promoção da cidadania, onde recebe orientações para obter seus direitos e auxílio para que esse sujeito tenha a oportunidade de ressignificar à situação em que se encontra.

Referências

BRASIL. Política Nacional para inclusão social da População em Situação de rua. Brasília,DF, 2008. Disponível em: < https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf>

BRASIL. Decreto Presidencial no 7.053, de 23 de dezembro de 2009: **institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Diário Oficial da União 2009; 24 dez. Acesso em: 4 nov 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, 2011. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf> Acesso em: 23 nov 2020.

CEARÁ. Cemarís - **Censo e Mapa de Riscos Pessoal e Social. STDS** - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará, Fortaleza, 2017. Acesso em: 20 nov 2020.

COSTA, F. V. J. **Moradores de Rua: Violências Cotidianas**. 1 ed., 2020. Acesso em 24 Abril 2021

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5 ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Acesso em: 20 nov 2020.

IBGE - Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de desemprego**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>> Acesso em: 22 nov 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas de vulnerabilidade social dos municípios brasileiros**. Brasília, 2015. Acesso em: 17 nov 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Nota técnica Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil** (Setembro De 2012 a Março De 2020). Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf> Acesso em: 17 nov 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Nota Técnica da População Em Situação De Rua Em Tempos De Pandemia: Um Levantamento De Medidas Municipais Emergenciais**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200610_nt_74_diset.pdf> Acesso em: 7 mar 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - **População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19**, 2020. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3581 1> Acesso Em: 11 maio 2021.

SERAFINO, I., LUZ, L. C. X. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74-85, 2015. Acesso em 15 Abril 2021.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. C. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. **In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>> Acesso em: 4 mai. 2021.

MICHEL, T. , LENARDT, H. M.O Trabalho de Campo Etnográfico em Instituição de Longa Permanência para Idosos. **Esc Anna Nery** (impr.) 2013, p. 375 – 380. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/eann/v17n2/v17n2a24.pdf>> Acesso em: 3 mai. 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Relatório Simplificado do Primeiro Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua realizado pelo Governo Federal. **Assessoria de Imprensa**. Brasília, setembro de 2005. Mimeo.

MACHADO, R. W. G. A construção da política nacional para população em situação de rua. **Temporalis**, v. 20, n. 39, p. 102-118, 2020.

MARTINS, Y. **A máfia dos mendigos**: Como a caridade aumenta a miséria. Editora Record, 2019.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PINHEIRO, Z. A. C.; POSSAS, L. M. V. Centro pop: quando uma política pública incomoda. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, Marília, v.4, n.1, p. 35-54, Jan./Jun., 2018. Acesso em: 5 mai. 2021.

REZENDE, M. D. V., MENDONÇA, D. G. D. População em situação de rua e políticas públicas: representações na Folha de São Paulo. **Delta**, v. 35-4, p. 1-28, 2019. Acesso em 15 mar. 2021.

RODRIGUES, L. V. B. P. Políticas públicas de atendimento à população de rua: reflexões sobre efetivação de direitos em Fortaleza. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**. N° 20. 2018. Acesso em 24 Abr. 2021.

SILVA, Maria Lucia Lopes. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. Brasília: [s.n], 2006. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: < https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20Oda%20Silva.pdf > Acesso em: 22 nov. 2020.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. Acesso em: 27 out. 2020.

TIENGO, V. M. O Fenômeno População em Situação de Rua Enquanto Fruto do Capitalismo. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 17, n. 1, p. 138 - 150, jan./jul. 2018. Acesso em 21 fev 2021.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

PONTE, Sabrina Madeira; NERI, Bruna Clézia Madeira; CARVALHO, Socorro Taynara Araújo; FARIAS, Isabela Cedro; ALVES, Samara Vasconcelos. A Invisibilidade Social da População em Situação de Rua: Um Relato de Experiência de Estágio. **Id on Line Rev. Psic.**, Outubro/2022, vol.16, n.63, p. 188-203, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 09/09/2022;

Aceito 19/09/2022;

Publicado em: 30/10/2022.